



Após Natal sem 13º vigilantes do Hospital de Base entram em greve

Hospital tem 102 vigilantes. Profissionais da segurança também cobram férias atrasadas, retroativo da data-base, FGTS e outros direitos



Vigilantes terceirizados do Hospital de Base do Distrito Federal (HBDF) passaram o Natal sem receber o 13º salário, como previsto em lei. Diante da ausência do pagamento, os profissionais de segurança entraram em greve na manhã desta quinta-feira (26/12).

O Sindicato da categoria (Sindesv-DF) detalhou que, além do 13º, os profissionais não receberam o pagamento do valor retroativo da data-base e estão com os

repasses das férias, bem como do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em atraso.

“Os vigilantes do Hospital de Base estão, hoje [quinta-feira], com as atividades paralisadas, em busca de receber o 13º. Eles e elas passaram o Natal com as familiares sem esse pagamento. A maioria até sem poder proporcionar uma ceia para os parentes, para os filhos”, declarou o presidente do sindicato, Paulo Quadros,

durante ato da categoria.

O Sindesv-DF detalhou que o hospital conta com 102 vigilantes, e a adesão ao movimento paredista teria sido de 100%. Assim, todas as alas da unidade de saúde, a exemplo da psiquiatria, estariam sem segurança. O sindicato acrescentou que a greve só acabará após o pagamento do 13º e dos demais valores devidos.

Promessa

Atualmente, a empresa Visan Segurança é a responsável pelo contrato terceirizado de vigilância do HBDF, a maior unidade de atendimento da rede pública local e administrada pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF).

ALAGOAS

INFORME PARA A CATEGORIA



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas anunciou, nesta terça-feira (24), a conclusão do pagamento de todos os salários atrasados dos trabalhadores da empresa Vital Segurança.

O Iges-DF informou estar ciente da situação e que fez tratativas com o sindicato para evitar a paralisação das atividades. “Com o compromisso de proteger os direitos dos colaboradores terceirizados, o instituto pagará o 13º salário dos profissionais até o fim desta manhã”, prometeu.

Ainda segundo o instituto, não há débitos em aberto entre o Iges-DF e a terceirizada; por isso, a Visan deve ser responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações previstas em contrato. O Metrôpoles tentou contato com a empresa e aguarda resposta.

Fonte: METROPOLES - Francisco Dutra

Com o esforço conjunto do sindicato, os vigilantes da Vital agora estão com seus salários totalmente regularizados, incluindo a primeira parcela do 13º salário. A segunda parcela será depositada nos próximos dias.

A presidenta do sindicato, Mônica Lopes, destacou a importância desse resultado para a categoria. “Enfrentamos grandes desafios ao longo de 2024, mas encerramos o ano com uma vitória significativa: garantir que todos os trabalhadores recebessem seus direitos antes da virada do ano”, afirmou.

FONTE: SINDVIGILANTES AL

FASC PREPARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL PARA SUBSTITUIR A MUHL



Fundação confirmou troca da empresa aos representantes do sindicato

A Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) informou ao sindicato que está preparando uma contratação emergencial para substituir a Vigilância Muhl na prestação deste serviço. O contrato atual, que teria vigência até julho de 2025, será encerrado antecipadamente devido à grave crise enfrentada pela empresa,

que ainda não pagou integralmente, neste mês, os salários e o vale-alimentação dos vigilantes.

Vários trabalhadores relataram ao sindicato que receberam apenas cerca de 30% do salário e que seguem sem o benefício do vale-alimentação. A primeira parcela do 13º salário, no entanto, foi paga. No total, são 24 vigilantes

trabalhando nos postos da fundação.

Diante dessa situação, na tarde de terça-feira (17), o diretor Luis Paulo Motta e Dayvdy Ramos compareceram à sede da Fasc para cobrar providências sobre os pagamentos pendentes. Eles foram recebidos pela coordenadora administrativa da fundação, Giovana Duarte Lopes, pelo fiscal do contrato, Mateus Mendes, e pela fiscal suplente, Taís Araújo.

Os representantes da Fasc informaram que tomaram conhecimento desta situação há poucos dias. “A Fasc está em dia com a empresa”, afirmou a coordenadora administrativa. “O problema é que a Muhl não possui lastro financeiro para honrar os pagamentos”, acrescentou o fiscal do contrato.

Segundo eles, a empresa não pode buscar um empréstimo para quitar os salários e VA, como já teria feito outras vezes, porque o proprietário e único sócio da Muhl estaria judicialmente impedido de realizar movimentações bancárias, devido a questões pessoais.

Apesar de estar previsto para o próximo dia 23 o repasse pela Fasc de mais uma parcela para a Muhl, não há garantias de que o valor será todo utilizado para pagar os trabalhadores da fundação. Sem uma solução à vista, acrescentaram, a fundação decidiu elaborar um contrato emergencial, enquanto uma nova licitação para a substituição da empresa já está em andamento.

Pagamento direto

No entanto, conforme entendimento do advogado e assessor jurídico do Sindvigilantes, Maurício Vieira da Silva, neste caso, “competem ao órgão público (Fasc) reter a fatura da empresa e fazer o pagamento diretamente aos trabalhadores dos seus salários”, disse.

Neste sentido, o sindicato encaminhou, nesta quarta-feira (18), ofício à Fasc requerendo que a fundação “retenha todos os créditos/faturas que sejam devidos à empresa Muhl”. E que use esses recursos “para fazer o pagamento do salário, vale-alimentação e vale-transporte de dezembro e demais que vierem a vencer até o encerramento do contrato, diretamente a todos os trabalhadores terceirizados que lhe prestam serviços por intermédio da empresa Muhl”.

O mesmo documento solicita ainda que a Fasc garanta o pagamento dos demais direitos trabalhistas devidos aos vigilantes, entre eles o 13º salário, FGTS e verbas rescisórias.

Empresas inidôneas

Além disso, o sindicato aponta que todos os contratos de vigilância na Fasc têm sido assinados com empresas inidôneas, que apresentam sempre os mesmos problemas, e que isso será comunicado ao Ministério Público do Trabalho e Ministério Público, para que apurem eventuais irregularidades nessas contratações.

“Não se pode aceitar que reiteradamente TODOS os contratos com a oficiada se encaminhem para inadimplência e prejuízos aos trabalhadores”, afirma o ofício dirigido à Fasc.

Fonte: Sindvigilantes do Sul

Decreto que atualiza regras sobre o uso diferenciado da força pelas polícias é publicado

Texto regula abordagens e instrumentos de menor potencial ofensivo, com foco na valorização dos profissionais e no respeito aos direitos humanos



Foto: Isaac Amorim/MJSP

A atualização da normativa que define o uso da força e de instrumentos de menor potencial ofensivo pelas polícias foi publicada na edição desta terça-feira (24) do Diário Oficial da União. O decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estabelece diretrizes para a atuação dos agentes de segurança, com foco na eficiência nas ações, valorização dos profissionais e respeito aos direitos humanos.

O texto disciplina o uso de armas de fogo e instrumentos não letais, abordagens, buscas domiciliares e a atuação dos policiais penais nos presídios. O documento confere ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) a competência para editar normas complementares, além de financiar, formular, implementar e monitorar ações relacionadas ao tema. Ainda, a pasta deverá oferecer capacitações e trabalhar para a divulgação das normativas sobre o uso da força aos profissionais de segurança pública e à sociedade.

“Dentro do Estado Democrático de Direito, a força letal não pode ser a primeira reação das polícias. É preciso que se implante de forma racional, consciente e sistemática o uso progressivo da força. Só podemos usar a força letal em última instância. É preciso que a abordagem policial se dê sem qualquer discriminação contra o cidadão brasileiro, se inicie pelo diálogo e, se for necessário, o uso de

algemas dentro dos regulamentos que existem quanto a esse instrumento de contenção das pessoas, evoluindo eventualmente para o uso de armas não letais, instrumentos não letais que não provoquem lesões corporais permanentes nas pessoas”, explicou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

Entre os principais pontos, está a definição de que o recurso de força “somente poderá ser empregado quando outros recursos de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos”. Também cita o uso de arma de fogo será sempre “medida de último recurso”. Há a previsão de que sempre que o uso da força resultar em ferimento ou morte, a ocorrência deve ser detalhada, nos termos que serão elaborados pelo MJSP.

O decreto destaca que a ação policial não deverá discriminar qualquer pessoa por cor, raça, etnia, orientação sexual, idioma, religião, nacionalidade, origem social, deficiência, situação econômica, opinião política ou de outra natureza.

O ministério irá oferecer capacitações sobre o uso da força para os profissionais de segurança pública. Em até 90 dias, a pasta irá editar portaria detalhando os procedimentos.

Transparência

O decreto também prevê a criação do Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força, com a participação da sociedade civil, que terá a missão de monitorar e avaliar a implementação das políticas. Além disso, o repasse de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional para ações que envolvam o uso da força deverá ficar condicionado ao cumprimento das diretrizes definidas pela normativa.

FONTE: MJSP

Presidente da CUT tem expectativa otimista para 2025

“A luta tem que ser feita com muita alegria e muito otimismo. Tenho certeza que 2025 será grande ano”, afirma Sérgio Nobre, presidente da CUT



Sérgio Nobre (Foto: Roberto Parizotti/CUT)

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Sérgio Nobre, afirmou durante podcast gravado poucos dias antes do Natal, faz uma avaliação otimista sobre o ano que se encerra e as perspectivas para 2025. Para ele, o governo popular de Luiz Inácio Lula da Silva não mediu esforços para reconstruir o país, apesar de um Congresso Nacional conservador e um Banco Central que a todo momento boicotou a economia brasileira, mantendo em patamar elevado a taxa de juros Selic. De acordo com reportagem da página da CUT, o presidente da entidade comemorou o fato de que o Brasil “está caminhando para o pleno emprego”.

Sérgio Nobre afirmou também que 2025 é um ano importante para as pautas sindicais. Entre os desafios está o de reforçar o modelo sindical. “No começo do ano, teremos um Projeto de Lei que vai tramitar no Congresso, depois de dois

anos de negociação para que a gente consiga definitivamente ratificar a Convenção 151 [da OIT], para que os servidores públicos tenham direito de negociação”, afirmou.

Além da Convenção 151, Sérgio Nobre afirmou estar convencido que será aprovado um projeto de fortalecimento sindical que ampliará a representação dos trabalhadores. “Hoje, nosso modelo sindical, só está dentro dele, tem proteção sindical, quem tem carteira assinada ou é concursado. A gente sabe que metade da classe trabalhadora não está nessa condição. Temos um modelo que não protege 100% [os trabalhadores] e precisamos fazer isso. Quem trabalha merece ter direitos”, disse.

Entre as expectativas, o dirigente disse estimar que a economia do Brasil crescerá ainda mais e isso impactará na atuação sindical de forma positiva, por meio das negociações coletivas.

FONTE: 247

Força-tarefa resgata 163 trabalhadores e interdita obra da BYD em Camaçari (BA)

Vítimas dormiam em camas sem colchões e havia um banheiro para cada 31 pessoas

GRUPO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO MÓVEL (GEFM)



Alojamento dos trabalhadores

O resgate de 163 operários por estarem em condições análogas à de escravos e a interdição de alojamentos e trechos do canteiro de obras da planta onde a montadora de automóveis Build Your Dreams (BYD) está instalando uma fábrica no município de Camaçari, na região metropolitana de Salvador foi comunicado na manhã desta segunda-feira (23) à empresa e ao Jinjiang Group, uma das empreiteiras contratadas para realizar a obra. Os resgatados permanecem nos alojamentos, mas não

poderão trabalhar e terão seus contratos de trabalho rescindidos.

Os alojamentos e os locais da obra embargados também permanecerão sem atividades até a completa regularização junto aos órgãos que compõem a força-tarefa. A força-tarefa responsável pelas inspeções e pelos desdobramentos dessa ação é composta pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), pela Defensoria Pública da União (DPU) e pela Polícia

Rodoviária Federal (PRF), além do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF).

Uma audiência virtual conjunta do MPT e do MTE foi marcada para dia 26 (quinta-feira) à tarde para que a BYD e a Jinjang apresentem as providências necessárias à garantia das condições mínimas de alojamento e também para que sejam negociadas as condições para a regularização geral do que já foi detectado. A inspeção, no entanto, ainda prosseguirá com análise de documentos solicitados e não está descartada a necessidade de novas inspeções in loco.

Durante a série de fiscalizações, iniciada em meados de novembro e que seguirão nos próximos dias, foram identificados 163 trabalhadores em condições análogas à escravidão na empresa terceirizada Jinjang, prestadora de serviços para a BYD. Estes trabalhadores encontravam-se distribuídos em quatro alojamentos principais, sendo dois localizados na Rua Colorado e dois na Rua Umbus, no município de Camaçari. Um quinto alojamento, destinado a trabalhadores de funções administrativas, também foi fiscalizado, mas, apesar de identificadas algumas irregularidades, não foi caso de resgate de trabalhadores.

As condições encontradas nos alojamentos revelaram um quadro alarmante de precariedade e degradância. No primeiro alojamento da Rua Colorado, os trabalhadores dormiam em camas sem colchões, não possuíam armários para seus pertences pessoais, que ficavam misturados com materiais de alimentação. A situação sanitária era especialmente crítica, com apenas um banheiro para cada 31 trabalhadores,

forçando-os a acordar às 4h para formar fila e conseguir se preparar para sair ao trabalho às 5h30.

O segundo alojamento na Rua Colorado, destinado principalmente aos soldados, apresentava condições similarmente precárias. Embora houvesse um material sobre as camas, estes eram na verdade apenas revestimentos de 3cm de espessura, insuficientes para proporcionar condições mínimas de uso, sendo que algumas camas sequer contavam com esse revestimento.

Todos os alojamentos compartilhavam problemas graves de infraestrutura e higiene. Os banheiros, além de insuficientes, não eram separados por sexo, não possuíam assentos sanitários adequados e apresentavam condições precárias de higiene. A ausência de local apropriado para lavagem de roupas levava os trabalhadores a utilizar os próprios banheiros para esta finalidade.

A situação em algumas das áreas de alimentação era igualmente precária. As cozinhas funcionavam em condições alarmantes, sem armários adequados para armazenamento de alimentos. Em um caso particularmente grave, foram encontrados materiais de construção civil próximos aos alimentos, e alimentos armazenados próximos a banheiros em condições insalubres. Apenas um dos alojamentos possuía um refeitório improvisado, com bancos e mesas de madeira em área semicoberta, ainda assim insuficiente para todos os trabalhadores, forçando a maioria a realizar suas refeições nas próprias camas.

Em um dos quartos, ocupado por uma cozinheira, foram encontradas painéis com

alimentos preparados deixadas abertas no chão, expostas a sujeira e sem refrigeração, para serem servidas no dia seguinte. Os trabalhadores consumiam água diretamente da torneira, sem tratamento, inclusive levando-a em garrafas para o local de trabalho.

As condições no canteiro de obras também revelaram graves irregularidades. O refeitório no local de trabalho utilizava coolers para servir as refeições, sem garantir condições mínimas de higiene. Os banheiros químicos, apenas oito para aproximadamente 600 trabalhadores, encontravam-se em estado deplorável, sem papel higiênico, água ou manutenção adequada, além de não respeitarem as distâncias mínimas estabelecidas por norma.

Os trabalhadores estavam expostos a intensa radiação solar, apresentando sinais visíveis de danos à pele. Foram registrados diversos acidentes de trabalho, incluindo um caso em que o trabalhador, devido à privação de sono causada pelas condições inadequadas de alojamento e longas jornadas, sofreu um acidente. Outro caso grave envolveu um trabalhador que sofreu lesão ocular em abril e, apesar de solicitar atendimento oftalmológico, nunca recebeu o devido acompanhamento médico.

A obra apresentava múltiplas irregularidades relacionadas ao ambiente de trabalho, levando ao embargo das atividades de escavações profundas e à interdição parcial de estabelecimento, especificamente da cozinha de um dos alojamentos na Rua Colorado. Uma serra circular de bancada também foi interditada por não possuir qualquer medida de segurança.

Salários não pagos, retenção de passaportes e horas de trabalho exaustivas

Além das condições degradantes, a situação caracteriza trabalho forçado, devido a diversos indicadores constatados durante as inspeções: os trabalhadores eram obrigados a pagar caução, tinham 60% de seus salários retidos (recebendo apenas 40% em moeda chinesa), enfrentavam ônus excessivo para rescisão contratual e tinham seus passaportes retidos pela empresa. A rescisão antecipada do contrato implicava na perda da caução e dos valores retidos, além da obrigação de custear a passagem de volta e restituir o valor da passagem de ida.

Para se ter uma ideia, caso um trabalhador tentasse rescindir o contrato de trabalho após seis meses, deixaria o país sem receber efetivamente nada pelo seu trabalho, já que o desconto da caução, da passagem de vinda ao Brasil e o pagamento da passagem de retorno, na prática, configuraria confisco total dos valores recebidos pelos trabalhadores ao longo da relação de trabalho.

A jornada de trabalho, a seu turno, já estava fixada no contrato em dez horas diárias, o que era agravado pela ausência de concessão regular das folgas previstas no instrumento. Foi identificado um trabalhador vítima de acidente de trabalho que estava há 25 dias sem folga. Esse trabalhador relatou cansaço e sonolência no momento do acidente, demonstrando que as longas jornadas e as condições de alojamento, que impedem o descanso, foram fatores cruciais para o acidente.

FONTE: CUT - Escrito por: MPT-BA

Acordo facilitará o compartilhamento de dados entre a Senasp e a Polícia Federal

A finalidade é integrar os sistemas para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas relacionadas à segurança pública



Foto: Rodrigo Marfan/ MJSP

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e a Polícia Federal (PF), ambas vinculadas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), assinaram nessa quarta-feira (18), em Brasília, o ato conjunto simplificado (ACS) para o compartilhamento das bases de dados e de informações entre os órgãos.

A proposta é interligar os sistemas da Polícia Federal à plataforma Sinesp, gerida pela Diretoria de Gestão e Integração de Informações (DGI). O objetivo do ACS é apoiar a formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas relacionadas à segurança pública, à defesa social, ao sistema prisional, ao controle de armas e munições, ao combate às drogas e às questões criminais.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarubbo, destacou o avanço que a iniciativa representa para o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). “O grande desafio do Susp é sair do papel e transformar isso em ferramentas reais. Hoje, o Brasil caminha muito bem na segurança pública e a Polícia Federal é um exemplo desse trabalho. Estamos caminhando a largos passos para a integração, e isso é um ganho muito grande para a PF, que terá acesso a uma base de dados imensa, assim como todos os demais agentes de segurança pública. Em um mundo sem fronteiras, essa integração é essencial. Quem ganha é a sociedade, com uma segurança pública mais eficiente e integrada”, afirmou.

Entusiasta da parceria, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, reforçou a necessidade de qualificar o uso das informações. “A informação não compartilhada não é informação. Precisamos dar utilidade às informações que temos, e nada é mais importante do que tornar esses dados realmente úteis”, reforçou.

Bases de dados

A cooperação vai contribuir para a geração de diagnósticos mais precisos, ações estratégicas mais assertivas e uma resposta mais eficaz aos desafios enfrentados na segurança pública.

Para Vanessa Fusco, diretora da DGI, “a tecnologia é a arma mais poderosa para tornar os processos sistemáticos. Bancos de dados isolados, por mais valiosos que sejam suas informações, de nada servem para a segurança pública. O aumento da criminalidade transnacional exige o compartilhamento instantâneo e direcionado de dados, permitindo que a informação chegue a quem realmente necessita”.

Sinesp

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) dispõe de uma plataforma tecnológica de informações integradas, que possibilitam coletar, integrar e analisar dados sobre segurança pública, disponibilizar informações para subsidiar políticas públicas, promover a interoperabilidade dos sistemas de dados e produzir estatísticas sobre a saúde, vitimização, deficiências, dependência química e transtornos mentais dos profissionais de segurança pública, seguindo os padrões de integridade, confidencialidade e confiabilidade dos sistemas do Governo Federal.

FONTE: MJSP

Nova versão do Monitor do Trabalho Decente será lançado em 15 janeiro

Entre as novidades, está a coleta de dados já nas petições iniciais e recursos ordinários e o envio de alerta para as unidades judiciais sobre processos protocolados sob os temas incluídos no monitor.



A nova versão do Monitor do Trabalho Decente (MTD), que será lançada em 15 janeiro pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, vai passar a colher dados de petições iniciais e recursos ordinários protocolados em Varas ou Tribunais do Trabalho. Antes, a ferramenta só verificava dados de processos julgados.

A solução de inteligência artificial (IA) também passará a enviar um alerta automático, via e-mail, à unidade judiciária quando algum processo protocolado estiver relacionado aos temas incluídos no monitor (trabalho infantil, assédio sexual, contratos de aprendizagem e trabalho análogo ao escravo).

Novos temas e nova interface

Ainda no primeiro semestre de 2025, outra versão terá como novidade a inclusão de dois novos temas relacionados ao trabalho decente: acidente de trabalho e doença ocupacional.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

A ferramenta também passará, no próximo ano, por uma mudança visual, que foi construída pelo projeto de inovação “Storytelling do MTD”.

Enquanto a nova versão não entra no ar, confira a versão atual do MTD.

Monitor do Trabalho Decente

Lançado em abril do ano passado, o MTD utiliza o histórico das decisões judiciais a partir de 1º de junho de 2020. As informações são apresentadas em painéis de Business Intelligence (BI) e podem ser filtrados por tema, grau de jurisdição, município de origem do caso e se o caso foi julgado procedente, improcedente, conciliado ou arquivado.

Desenvolvida pelo CSJT, em parceria com os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), a ferramenta é uma iniciativa inovadora do judiciário trabalhista que busca contribuir para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Até esta quarta-feira (18), a ferramenta de IA identificou e classificou mais de 125 mil processos relativos aos temas.

FONTE: TST (Nathalia Valente/AJ)

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF